ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 003/2023 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, FORMATO HÍBRIDO.

Aos catorze dias do mês de março de 2023 (dois mil e vinte e três), em primeira convocação às 16h, foi realizada, em formato híbrido (presencial e remoto), a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº **003/2023**, **que teve início com a segunda convocação às 16h30**, sob a coordenação do presidente Pablo Benetti. **1. Verificação do quórum:** A chefe de gabinete Patrícia Cordeiro procedeu à verificação do **Quórum** fazendo a chamada dos **Conselheiros Titulares:** Ângela Botelho, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo Cesar Benetti, Rosemary Compans da Silva, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira. Cárin Regina D'Ornellas, Leila Marques da Silva, Luciana da Silva Mayrink**,** Luiz Damião Teixeira da Silva, Marta Regina Ribeiro Costa, Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, Sandra Regina de B Sayão Ferreira, Simone Feigelson Deutsch, Tereza Cristina dos Reis**,** Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues**. Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:** Tereza Cristina Alves Chedid, Sandra Hiromi Kokudai, Carlos Augusto Abreu. Célio Alves da Silva Júnior, Sofia Eder. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Henrique Gaspar Barandier, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad, Paulo Sérgio Niemeyer, Rogério Goldfeld Cardeman. **Conselheiros titulares ausentes:** Davide Siffert Dulcetti. **Conselheiros suplentes ausentes:** Gisele Raposo Labrea. **Quórum suficiente: 19 conselheiros (as) e 5 suplentes. Item 2 –** Execução do Hino Nacional**; Item 3 - Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 002/2023 (14/02/2023).** A conselheira Ângela Botelho enviou sugestões que foram incorporadas à ata. Ata submetida à votação obtendo **19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum contrário e 2 (duas) abstenções.** A chefe de gabinete. Patrícia Cordeiro comunicou o pedido do **conselheiro Carlos Abreu** para listar todos os presentes no resumo da votação, fazendo a seguinte justificativa: "Não, não é nada demais, nós estamos numa plenária que está sendo assistida por diversas pessoas, tivemos uma votação, e em outras plenárias nós tínhamos a listagem quem votou e quem não votou. Só isso. Dessa feita, nós só tivemos, foram tantos votos, foram tantos votos, acabou. É isso que estou colocando. Acho importante. "Ah, a aprovação da ata não é nada fundamental", não, tudo bem, mas é importante, porque há uma rotina que deve ser preservada, mas, tudo bem, se assim o presidente entende, assim fica". **Chefe de Gabinte Patrícia Cordeiro** atendeu o pedido do conselheiro. **4**. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas (não houve). **5.** Apresentação da Pauta e Comunicados Presidente. **PAUTA: 6**. Ordem do dia. **6.1**. Eleição para cargo de Vice-presidente. **6.2**. Debate sobre Reserva Técnica, **7.0** Relatos Recursos ao plenário: **7.1**. Não há. **8.0** Distribuição de Recurso ao plenário: **8.1**. Recurso à decisão da CEP - Processo 1435518/2021 **8.2**. Recurso à decisão da CEP – Processo 1475233/2022 8.3. Recurso à decisão da CEP – Processo 611950/2017 9.0. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de

interesse geral. **COMUNICADOS DO PRESIDENTE: "**1 - A primeira questão é que o Orçamento Participativo foi prorrogado até 20 de março. Mais uma vez, convido a todos que têm alguma ideia para ser colocada para melhorar nosso funcionamento como conselho que envie suas propostas. 2 - No dia 22 de março, às 15 horas, terá a inauguração, no Paço Imperial, da exposição do Eduardo Souto de Moura, feita pela Casa de Arquitetura de Portugal: é uma posição bem interessante que tinha sido montada lá, convido a todos também; 3 - No dia 16, teremos um debate com o tema do Reviver Centro, até o momento 90 inscritos e também convido a todos, é bem interessante a participação de vocês, nós convidamos algumas autoridades e colegas para discutir também integrantes no mercado imobiliário para discutir essa questão do Reviver Centro. O que está sendo colocado ali é basicamente essa última proposta de revisão que está sendo levada para a Câmara, mas uma avaliação geral do Reviver Centro na sua totalidade. 4 - Ainda no dia 21 de março teremos a mesa de abertura do MICA.". A **Conselheira Leila Marques da Silva** fez o informe do evento: "É um nome que para alguns já ficou conhecido, para outros ainda é misterioso, o que seria um encontro MICA. Na verdade, é um *networking* da construção civil, quer dizer, um encontro entre fornecedores, prestadores de serviços. E ele sempre teve uma pegada de algumas palestras, mas assim, ela me convidou para fazer uma curadoria da mesa de arquitetura, tem outros especialistas, curadoria de sustentabilidade, então tem uma pegada mais acadêmica, de mais palestras, está com uma programação bem rica, bem interessante, é isso. Então tem o site www.encontromica.com.br e é claro que eu convido os conselheiros, ninguém precisará pagar se quiserem falem comigo que eu, evidentemente, levo com muita honra para os colegas. É isso. São dois dias, dias 21 e 22". O **presidente Pablo Benetti** complementou: "Dias 21 e 22, programação muito intensa, tem vários palestrantes convidados, *Taina* de Paula, Índio da Costa, Denise Vogel, Anibal Sabrosa, Vicente Loureiro, Washington Fajardo, Ana Borelli, estou lendo assim rapidamente, Ruy Rezende, são vários colegas convidados e há vários painéis, inclusive conselheiros que vão participar como o Carlos Abreu, Marta Regina. São dois dias, então todos convidados. 5 - Estamos iniciando a organização do CAU na sua Cidade que será em Rio das Ostras, de 23 a 26 de maio, já tem uma programação preliminar e como sempre é importante que os membros das comissões de alguma maneira se aproximem; há um grupo de WhatsApp que já está discutindo essa programação. A ideia é que funcione em Rio das Ostras como uma espécie de um centro congregando colegas de Macaé, um pouco do Norte Fluminense também da Região dos Lagos, Búzios e Cabo Frio que ficam muito próximos. Na realidade, é Rio das Ostras, mas é um encontro mais regional. 6 - E nós temos de 29 a 31 de março, o CAU nos Bairros - Madureira. Não sei tem como projetar a grade como está no momento. Já está praticamente fechada; o evento será no Parque de Madureira no Portão 2. Praticamente todo ele na Nave do Conhecimento e tem uma tenda colocada em frente, nossa van estará no Portão 2. Temos muitas expectativas com relação a esse evento. Está tendo muita adesão nesse sentido e é importante tentarmos discutir a especificidade da Zona Norte. Madureira é um polo muito importante, mas não é só Madureira, é a Zona Norte na sua totalidade, com foco em Madureira. 7 - E os cursos tradicionais de contrato, de empreendedorismo, de gestão de escritórios, de emissão de RRT. Não sei se vocês conseguem ver mais ou menos por aí. E como sempre tem duas novidades interessantes nesse CAU no seu Bairro: a tradicional mostra de TFG

continua, mas tem, além disso, uma maratona de projetos usando software livre para estudantes. Então isso é uma novidade, não tinha em eventos anteriores e a ideia que estamos trazendo que os colegas possam experimentar possibilidades dessa linguagem aplicando o projeto concreto que será em Madureira também de uma habitação de interesse social. Então a nossa ideia é fortalecer essa questão. 8 - Ainda no Fórum de Presidentes, nós levamos a proposta do apoio ao Solare, o software livre, distribuímos lá um pendrive com o estado da arte, esse pendrave tem os cursos, palestras e também as matérias publicadas, patrocinadas pelo CAU-RJ e pelo CAU-RS, assim como o bloco que ajuda no uso desse software. A ideia é que um pouco disso tudo seja objeto dessa maratona também. Ainda temos a ideia de construir junto com outros CAUs duas campanhas publicitárias que está na nossa programação: uma discutindo a questão do ensino a distância e outra discutindo a questão do Solare. 9 - E junto com o CAU-BR a possibilidade de fazer uma terceira campanha publicitária discutindo o Microempreendedor Profissional (MEP). Essa programação é mais ou menos a partir de abril, abril e maio, que teríamos o conteúdo dessas campanhas e a adesão de outros conselhos e naturalmente a nossa ideia é que isso tenha uma grande divulgação. 10 – Foi assinado com o IBAM, o contrato para o concurso de funcionários efetivos, com prazo de 120 dias, a contar da assinatura do contrato, realizada na semana passada. Nós criamos uma comissão interna, inclusive com uma portaria de confidencialidade muito rigorosa, porque temos que tomar todos os cuidados para que esse concurso seja realizado com a maior lisura e não possa ser eventualmente contestado. O IBAM tem longa experiência na realização de concursos, com vários apoios de várias prefeituras, seis páginas só de lista de concurso realizado, alguns muito grandes como a Prefeitura de Santos, por exemplo, com 18 mil inscritos. Eles já realizaram o concurso para os temporários com sucesso que contratamos temporariamente e a ideia é que eles possam fazer o concurso também. O custo para o conselho é zero, eles se remuneram com o custo das inscrições. Se as inscrições forem além de 6 mil inscritos, aí sim haverá um repasse de recursos para o conselho. Então eu queria comunicar que esse concurso está tendo andamento. Pela própria cláusula de confidencialidade, a comissão interna, não é nem a comissão interna que elabora as provas, as provas são elaboradas por terceiros, mas é evidente que o que está guiando esse concurso foi o trabalho muito bem-feito pelos colegas que participaram do Plano de Cargos e Salários e que aproveito para agradecer novamente por toda uma conceituação diferente das novas funções dos funcionários que iriamos contratar. Nós abolimos, daqui para frente será arquiteto urbanista, como é realidade em vários CAUs, e não fiscal e arquiteto como hoje têm no Plano de Cargos e Salários". ORDEM DO DIA. 6. **Ordem do Dia. 6.1. – Eleição para cargo de vice-presidente.** O presidente **Pablo Benetti** pediu para projetar a carta de renúncia do **conselheiro Marcus Pedro Oneto Fiorito** que frisou: "A carta que foi encaminhada a vocês, a carta que foi entregue aqui ao conselho, eu quero externar aqui, de fato, entre questões pessoais, essa questão já era avaliada, mas, efetivamente, eu acabo de assinar um contrato, começo a dar aulas em Petrópolis daqui a duas semanas, a partir da próxima quarta-feira, e, em função disso, entendi que precisava liberar carga horaria, de alguém também que possa estar mais presente no conselho neste ano de fechamento desta gestão. Então deixo as funções de vice-presidente e também de coordenador da Comissão de Planejamento e Finanças, mas sigo com os meus horários estabelecidos e vagos para participação tanto nas comissões como aqui

na plenária, então mantendo a minha participação como conselheiro até o final do exercício do mandato. Antes de terminar, eu quero externar um agradecimento tanto aos colegas de presidência, Pablo, Noêmia, Lucas e Luciana, e, especialmente aos funcionários, aos funcionários da presidência que acompanham e atendem as nossas chatices durante esse período todo, então a Patrícia, Alessandra, Nicolas. E falando para as demais gerências, eu agradeço em nome do Flávio, gerente financeiro, que é quem eu mais chateei nesse período, com certeza. Quero agradecer tenho certeza que realizamos muita coisa e realizamos porque houve muito empenho do grupo tanto de conselheiros e, especialmente do grupo de funcionários. Sendo assim, abro a cadeira para quem puder seguir o trabalho, por favor. Obrigado, gente!" **Presidente Pablo Benetti** agradeceu a colaboração do conselheiro, destacando: "Eu queria muito agradecer ao Marcus. Ele tem sido fundamental na condução da CPFI, com muita clareza, com muita tranquilidade, teve grande contribuição durante esse tempo com a discussão do Plano de Cargos e Salários que contou com a participação dele de uma maneira muito efetiva e propositiva e também com ideias que estão colocadas como o Orçamento Participativo que também foi uma contribuição específica do Marcus. E também como coordenador da CPFI. Então vai aqui o meu agradecimento à contribuição dada pelo colega". Ao iniciar o item, o **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** solicitou questão de ordem: "Só para relacionar à eleição da primeira plenária que tivemos. Eu fui candidato na primeira. Eu acho que fiquei – se tem suplência ou não – eu fui candidato à vice-presidência na primeira plenária. Se essa sequência ou a minha reivindicação está desde aquela época já contando ou teremos uma nova eleição mesmo. É uma questão de ordem até mesmo para conhecer o nosso regimento para saber se estou reivindicando de forma errônea esse posicionamento". O **presidente Pablo Benetti** disse que o conselheiro poderia se candidatar, que seria uma nova eleição. O conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues ofereceu então sua candidatura ao cargo de vice-presidente. Da mesma forma, a **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** colocou sua candidatura, proferindo a seguinte defesa: "Eu queria defender aqui a minha candidatura. Eu tenho entendido que o cargo de vice-presidente é um cargo, pelo formato que esta gestão tem trabalhado, mais operacional do que meramente representativo e nós temos, eu tenho tido algum tempo mais hábil do que alguns colegas, isso independe da vontade, eu entendo, de todos nós, mas quis a conspiração do universo que eu pudesse ter um pouco mais de tempo. Eu já participei de algumas comissões, além da Comissão de Ensino e Formação, eu participei da Comissão do Plano de Cargos e Salários, eu estou participando da Comissão de Regimento Interno, eu participei da Comissão de Planejamento que deu origem a todo esse programa de Orçamento Participativo, eu estou também inscrita na Comissão de Tecnologia e uma comissão que foi feita na CPFI, aí vamos puxar a orelha minha e do Abreu juntos, porque nós propusemos uma comissão de RRT que ainda está para começar os trabalhos. Então por essa jornada que eu tenho desempenhado aqui no CAU, conhecido mais profundamente e até pela possibilidade neste momento de vida que eu estou, dedicar-me um pouco mais, mesmo sendo este último ano, eu gostaria muito de participar e poder aproveitar esse tempo que estarei disponível, porque eu não sei o dia de amanhã como que seria possível. Então eu peço aos senhores se vocês têm visto o meu trabalho e vocês me consideram merecedora do voto de vocês". O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues,** de igual forma, fez a seguinte

defesa de postulação ao cargo? “Bem, como conselheiro fundador, estou no terceiro mandato, acredito que até mesmo pela contribuição que eu já fiz nesses anos pelo CAU, pelo esforço que eu tive na montagem e tal que nós tivemos em contato com os diversos profissionais para instalação do CAU, principalmente no interior, para que nós em substituição ao profissional que está no interior, saindo da capital, com todo respeito à (?) nós gostaríamos que fosse mantido um representante, essa representação do interior na vice-presidência. Então que nós pudéssemos participar em todos os momentos, já que eu também já participei de várias comissões, pela minha contribuição durante todos esses anos e também pela possibilidade de estar hoje aposentado no serviço público dar a contribuição e o tempo disponível ao CAU”. Em seguida, iniciaram-se as inscrições para manifestação da plenária. A **Conselheira Noêmia Lúcia Barradas Fernandes** destacou: “Eu acho que nós temos dois excelentes candidatos à vice-presidência para substituir o Marcus Fiorito, porém eu vou colocar aqui o meu voto, vou expor o meu voto para a Tanya, porque eu acho que a Tanya, não pela quantidade de comissões que ela vem participando, que é bastante significativo em relação à grande maioria dos conselheiros, mas pela proatividade dela nesses dois anos e três meses, é a primeira vez que a Tanya participa do conselho como conselheira e ela tem feito um trabalho ímpar. Eu acho que isso é muito importante, nós precisamos ter atenção em relação a isso. Como também é coordenadora de comissão, a Tanya tem participado das reuniões do conselho diretor, o que tem sido muito importante para que avancemos em muitas ações, então eu defendo a candidatura da Tanya nesse sentido”. A **Conselheira Leila Marques da Silva** disse: “Eu não pensei em fazer campanha para ninguém, até nem sabia que o colega Vicente ia se candidatar, mas eu também não posso deixar de fazer algumas palavras, um pronunciamento por tudo que ele falou, eu acho que quantidade de comissões não é exatamente o que se espera do vice-presidente, acho que um conhecimento mais apurado sobre a instituição, o seu interesse em participar, a sua memória, a sua bagagem, eu acho que todos têm essa condição, não seriamos conselheiros se não tivéssemos, evidentemente existem pessoas com mais tempo e menos tempo de dedicação e evidentemente o Vicente está do lado daqueles que têm tempo e vontade, sempre teve boa vontade, uma pessoa muito pacífica, muito participativa. Então esses argumentos, eu acho que ambos os candidatos estão empatados e é claro que a decisão vai ser pura e meramente irrestritamente política. E aí sabemos que três candidatos já estão na vice-presidência da atual chapa gestora do CAU, eu acho que seria um gesto bonito, considerando que faltam pouco meses, seria bacana, mas vamos ver quais são os votos que ele vai receber”. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** manifestou-se: “Eu gostaria de entrar só com mais uma consideração a respeito, digamos assim, da restrição que acaba se tendo, dentro do conselho diretor, quando se acumula a função de coordenação das nossas comissões com o cargo de vice-presidente. Isso acaba reduzindo sobremaneira o colégio diretivo do CAU, da autarquia. Então seria importante pensarmos nisso, por mais que tenha, eu não vou entrar na discussão se está no regimento interno, se não está, eu estou dizendo sobre a questão de redução de participação de cabeças nessa questão, na direção da gestão do CAU”. O **Conselheiro Lucas A. Faulhaber Barbosa** assim se posicionou: “Bom, eu me inscrevi aqui mais para fazer a defesa da candidata, da Tanya, acho que por mais que uma questão regimental, acho que estamos seguindo aqui o que o próprio regimento diz hoje. Hoje em dia, inclusive o cenário, o Marcus é

também coordenador de uma comissão, essa questão não mudaria com relação à representação do número no conselho diretor, mas indo para a defesa...". "[...] Na minha fala e é importante ter conhecimento do regimento. Bom, sobre Tanya acho que assim o desempenho dela nesses dois anos, acho que a qualificou para esse cargo, porque o número de comissões que ela está exemplifica na verdade nada mais do que o aprendizado dela neste conselho. Então acho que por mais que tivesse dois anos só no conselho que deu o (?) a essa candidatura, porque conhece e vem conhecendo a máquina do CAU, que acho que é um elemento muito importante, como ela bem disse, uma função executiva, operativa, que é a vice-presidência. Então eu gostaria muito de contar com o trabalho dela. Hoje eu estou na vice-presidência e gostaria de trabalhar com ela nesse fórum também. Acho que são cabeças que vão somar muito a esse trabalho. E sobre a questão de representatividade agora está saindo um homem (?) e entrando Tanya no meu voto, então acho que isso também pesa muito, vamos ter uma maioria de mulheres na presidência, acho que isso seria muito bem representativo para a nossa classe". A **chefe de gabinete Patrícia Cordeiro** explicou a dinâmica da votação: "Vou abrir a votação para quem está remoto pelo Zoom e o Mauricio vai abrir para quem está presencial votar pela maquininha". **Resultado da votação: 14 (quatorze) votos em favor da conselheira Tanya Argentina Cano Collado e 9 (nove) votos para o conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues.** Conselheira Tanya Argentina Cano Collado foi eleita então a nova vice-presidente da atual gestão. **6.2. Debate sobre Reserva técnica.** O presidente **Pablo Benetti** fez a apresentação do item: "Inicialmente, eu peço desculpas a vocês, nós mandamos o documento Ética na Arquitetura, não sei se vocês leram por completo, são 384 páginas, mas, na realidade o que nos interessa para esse debate é da página 199 a 205. Eu imaginei que vocês dariam conta disso, mas falha nossa, de qualquer maneira o que está como referência é da página 199 a 205. É um tema que está sendo discutido, não só no CAU-RJ, como no CAU-BR, embora há uma posição mais ou menos consolidada do ponto de vista ético no CAU-BR, já antes no IAB já tinha essa manifestação, mas de qualquer maneira é uma coisa que teima em complicar essa situação. É evidente que você como uma profissional receber qualquer vantagem e essa vantagem não ser do conhecimento do seu cliente configura uma falta ética gravíssima na medida em que você está escondendo uma remuneração extra que muitas vezes o cliente poderia se beneficiar dela se fosse de fato um desconto. Isso é mais ou menos pacífico. O problema começa a se complicar quando as próprias lojas fazem os clubes de vantagens. Depoimentos de alguns lojistas amigos meus disseram que se eles não entrassem no clube de vantagens simplesmente não conseguiriam vender, porque é uma coisa dos nossos colegas demandarem isso quase que de uma maneira natural. Então o debate está colocado, porque como é que se pauta essa relação? Nós tivemos uma denúncia recentemente de uma cliente que soube por outras vias, pela loja, desse desconto e tem o fato de que o profissional que estava envolvido não comunicou esse desconto para ela, para a cliente. Então há uma denúncia em curso. Acho que temos que tomar alguma posição. Tem um pedido de uma reunião de um grupo de lojistas com o conselho, então a ideia hoje é ouvir vocês, não vamos votar essa discussão, são cinco da tarde, acho que até às seis da tarde nós temos como fazer uma rodada geral. Mas me parece que é interessante ouvir de vocês e, de fato, se for o caso, criar um GT, espelho do que está sendo criado no CAU-BR. Há uma farta documentação. Acho que está colocado na tela,

ali você colocou a parte que fala sobre isso, não é? Então a referência está nesse documento da página 199 a 205, por exemplo, a Norma de Conduta Profissional de 64, o IAB diz: “Arquiteto não poderá aceitar qualquer trabalho para o qual tenha que fazer o desconto ou receber comissões”. Isso de 1964. A lei que criou o CAU já recupera essa legislação e de alguma maneira reafirma isso. A chamada Reserva Técnica, página 202, termo criado por quem recorre sistematicamente a esse tipo de infração disciplinar oculta uma variedade de procedimentos nocivos a serem combatidos, no caso os próprios fornecedores, em suma, se eles forem prejudicados e procuram debelar essa conduta viciosa, reprovados por entidades comerciais, sobretudo pelo CAU. Cabem novas orientações para dar combate ao fenômeno e ensejar inúmeras manifestações de arquitetos e urbanistas e membros do comércio atingidos. Essa questão do comércio atingido é bastante relativa, embora aqui afirme isso. Assim a RT é um acrônimo de um eufemismo que tem sido usado por alguns fornecedores de produtos ou serviços de modo a tornar moralmente aceitáveis ou palatáveis as comissões, propinas que eventualmente se oferecem a profissional desavisado. As empresas comerciais e industriais propõem que o arquiteto urbanista, em troca desse favor, exigir que especifique ao seu cliente para que no seu interesse se faz a aquisição dos insumos necessários à obra que se for empreender. Então há várias menções dessa natureza. Acho que ali está no debate uma questão que é fundamental, que é o conhecimento técnico da nossa profissão, ninguém tem essa atribuição do que o próprio arquiteto de especificar a solução mais correta para o que ele é mandado. Só que não existe uma única solução mais correta. Então revestimento de piso. É óbvio que se você indicar um P2 para um lugar de alto trânsito você estará fazendo uma indicação errada. Mas você dentro das indicações de P5 você tem várias soluções e vários variáveis de preços. Então é sempre uma discussão que envolve tanto o profissional como o cliente. E o que imaginamos que deveria ser a conduta é a transparência ampla nesse sentido. Mas nem sempre isso acontece”. Inscrições abertas para manifestações. **Conselheira Sandra Regina de B Sayão Ferreira** apresentou seus argumentos: “Eu acho que o grande problema da RP, ela se coloca na ausência de regras de como ela pode ou não ser praticada. Então acho que se ela existe, se ela um dia vai ser regulamentada, eu acho que tem que regulamentar uma regra. Acho que essa ausência de regra é a maior discussão e hoje nos leva a uma discussão só por opinião pessoal, não tem uma base para que possamos, de fato, balizar se isso é certo ou errado. Nós tivemos na gestão passada inclusive um caso de uma arquiteta muito conhecida que houve um processo bem complicado dentro do CAU e que nós acabamos absolvendo essa arquiteta, porque nós não tínhamos regras sobre esse assunto, se tivéssemos talvez ela teria sido condenada mediante ao teor do processo aberto pelo proprietário quando descobriu o quanto ele pagou sem saber que estava pagando. Outro problema é que a maioria não tem clareza em contrato de que recebe esse valor. Se você coloca no contrato e o proprietário tem ciência disso e concorda, isso é outro assunto. Agora se ele não tem conhecimento e o arquiteto pratica, e vou dizer, a prática da RT nas lojas em qualquer situação, ela é um desconto que se o arquiteto abre mão reverte para o proprietário. Então quando ele descobre isso é uma situação bem constrangedora. Nós já tivemos vários processos passando pelas nossas mãos sobre essa questão, sobre essa ausência de conhecimento. Então como as pessoas escondem esse procedimento dos proprietários, não consta nos contratos, eles praticam inclusive assédio aos

profissionais e vendem, que são os vendedores. A loja que está vendendo oferece a você viagem, carro, ponto, tudo para que você fique sempre naquele ciclo do mesmo fornecedor. Eu acho que isso de uma certa forma prejudica o mercado; o mercado cada um tem que se garantir pela qualidade do que vende e não pelo prêmio que você melhor oferece. Como existe o assédio do arquiteto lojista, que é o arquiteto que chega na loja e diz assim: "Olha, se você não me der a comissão de tanto...", e eu sei porque já participei disso, dessa pesquisa, as comissões variam entre 10 e 20% e dependendo do caso o arquiteto já chegou a cobrar porque eu já vi até 40% do valor do produto, e se a loja não pagar ele diz assim: "Vou levar o meu cliente para outra loja", porque a compra é muito grande geralmente nas compras muito grandes o assédio do arquiteto ao lojista é também na mesma proporção. Então esse fato é um assunto complicado. Isso fez com que os nossos honorários despencassem, despencassem, por quê? Porque grande maioria dos arquitetos, principalmente de interiores, eles não cobram pelo projeto e vivem dessas comissões; aí você que não vive disso vai cobrar os seus honorários pela inteligência do projeto construído e "você é caro" "puxa", porque o outro não está sabendo que o valor do contrato é infinitamente menor ao valor da comissão; a comissão, na grande maioria, é muito rendosa, muito mais do que você fazer projeto, porque no mercado o preço está muito baixo. Então você não consegue subir o preço do seu contrato, porque as comissões camuflam essa operação e as pessoas do lado de fora começam a achar que aquele arquiteto cobra pouco, mas ele é muito legal, traz uma coisa bem interessante. Isso vai tudo; vai desde o cara que compra o cinzeiro até o que coloca piso no prédio inteiro, vai da mão de obra da construtora a gerentes de contrato, essas ARPs são muito mais amplas do que só o produto que você consome, (?) também das relações comerciais entre empresas. É um negócio bem complexo". **Conselheira Leila Marques da Silva** pontuou**: "**Então eu me sinto assim mal, por outro lado muito isentona para falar sobre o assunto, porque eu sou servidora pública federal, nunca trabalhei com isso, fiz vários projetos evidentemente, e obras, eu nunca trabalhei com a arquitetura do interiores, eu acho que isso é onde mais aparece esse tipo de situação, mas como servidora pública federal o nosso Código de Ética é ainda mais rigoroso, dependendo do caso até uma agenda que você recebe no final do ano, em situações adversas pode ser considerado propina, isso tudo depende do auditor que vai fazer a inspeção no fim do ano de suas obras, do que você toma conta, e se houver algum erro, isso tudo pode vir a somar. Então eu acho que temos que ter e, recentemente, o CAU-BR nos apresentou, até o Carlos Fernando trabalhou, foi no tempo dele, uma dosimetria da punição do arquiteto que infringe o Código de Ética. Isso é uma infração. Está escrito no Código receber uma reserva técnica está escrito que é uma falta de ética, então agora daí a colocar no mesmo balaio da reserva técnica é uma propina, e aí propina também na língua do Pablo, não é, Pablo? Não é o que é propina aqui no Brasil, propina é gorjeta nos países de língua espanhola e aqui no Brasil a propina é um suborno, é um dinheiro que você recebe para fazer aquilo que você eticamente não deveria fazer, tecnicamente não deveria aprovar, legalmente não poderia aceitar. Então existe uma grande diferença. E aí eu estou falando de dosimetria. Não estou tirando o equívoco da RT, estou falando para termos isso também em mente, que não pode colocar o arquiteto que recebe reserva técnica e colocar no mesmo balaio porque acredito, eu quero sempre primeiramente acreditar na boa-fé dos profissionais, das pessoas, que ele não indicou aquele móvel ou aquele material que seria uma coisa

errada, ilegal, tecnicamente incorreta e tal, pode ter sido uma influência da RT, mas será que outros fornecedores também não oferecem RT? Não sei. Daí é um caso mais delicado, mas eu acho que não é o mesmo balaio e para isso existe a dosimetria, caso contrário todo mundo pagaria a mesma multa e tudo mais. Então só para ter mais cuidado com essa palavra e até coloco também que eu acho que também concordo com a Sandra, acho que o grande erro, a grande infração dessa reserva técnica é não estar claro para o cliente que a partir do momento que ele sabe: "Olha, eu vou poder te cobrar barato, porque você está dizendo que vai comprar na loja tal e na loja tal tem uma comissão...", enfim, eu não sei como seria tratado, mas a partir do momento que isso fica claro evidentemente que isso deixa de ser uma falha ética, e concluindo, há pouco tempo o CAU-BR fez, não sei se foi no Dia da Mulher ou no Dia dos Arquitetos, colocou alguns arquitetos em evidência na página dele e colocou um par de arquitetos, de arquitetura de interiores que falavam na primeira página sobre o clube de vantagens, então o CAU-BR homenageou arquitetas que trabalham com clube de vantagens, que, ao fim, são pontos que se revertem, como a Sandra falou, eventualmente em viagens, em material, em dinheiro, eu não sei. Então, olha só como a coisa é delicada, sensível, está vendo?. **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** destacou: "Eu acho que Sandra entrou bastante bem na análise da coisa. Mas eu vou um pouquinho mais longe. O eufemismo para mim me incomoda muito, porque RP realmente é anacrônica que se coloca como eufemista em relação ao que efetivamente é: que é um suborno, que é levar vantagem em tudo, é querer levar...é a velha história da Lei de Gérson, vou levar vantagem em tudo. Infelizmente, e isso não tem classe, e isso não tem nome, isso não tem fama, nós temos arquitetos de altíssimo nome no mercado que eu sei que levam até os 40%, como Sandra falou. Então a grande questão nessa discussão, eu acho que passa sim pelo que Sandra também comentou, que é justamente, vamos juntar os dois lados, a dosimetria que a Leila falou, mas também vamos falar sobre a regulamentação dessa discussão quanto a questão da apresentação aos clientes e seus projetos, principalmente em seus contratos. O contrato tem que ser claro. Eu não vejo nenhum problema eu chegar, e eu faço isso, chego ao meu cliente e falo: "Olha, tem loja que quer me remunerar com reserva técnica e eu vou te dar esse percentual do meu fechamento do mês, porque assim eu passo para você o que você quer desconto que na verdade deveria ser dado a você diretamente, eu passo a lhe dar". Então declarar no contrato isso, e eu faço em todos os meus contratos essa cláusula é fundamental, o que acontece o que Sandra falou é uma realidade, hoje esse suborno está levando a situações que são absurdas, viagens a Europa, (?), ah, mas se tecnicamente ele está fazendo a coisa correta ou não, deve estar, ele pode estar botando piso de autoplástico no banheiro, (?) é possível, é porque é bem mais caro. Essa realidade tem que ser enfrentada de uma forma mais eficiente técnica por fora, não tem nota fiscal, isso é suborno. É realmente um absurdo. Isso é corrupção. Isso tem que ser declarado junto aos comerciantes, e isso mostrar que essa prática é lesiva também a certos comerciantes, então eu acho que isso é fundamental, demonstrar que a corrupção do outro é do outro, a minha não é corrupção. A minha é uma reserva técnica, é uma simples RT. Acho que isso é fundamental e que o nosso (?) tem que ser mostrando à sociedade, aos comerciantes, que isso está errado, que isso está burlando, que é o pagamento sem nota, então passa a ser, sem dúvida nenhuma, uma corrução. (***áudio inaudível)".*** **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** manifestou-se:

"Bem, no art. 18 da Lei 12.378, no inciso VI: "Locupletar-se ilicitamente, por qualquer meio, às custas de cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros, constitui infrações disciplinares, além de outras definidas pelo Código de Ética". Mais do que o Código de Ética, está na nossa lei, na nossa implantação, a Lei 12.378. Eu participei como membro da Comissão do Rio Janeiro, o CAU-RJ, de um encontro do CAU-BR em Cuiabá. Então eu vi que as pessoas não têm mais vergonha de se apresentar com RT, não tem mais aquela questão de dizer "eu trabalho assim", eles saíram de dentro, então muita gente está saindo, está se revelando, está com coragem de dizer que faz RT indiscriminadamente. Então o que estamos vendo, e a Sandra disse que nós temos que definir regras, nós estamos discutindo, acho que estamos aqui há onze, doze anos e estamos falando nisso e as regras não foram definidas. Eu acho que é importante. A Comissão do CAU-BR já deu um pontapé, as pessoas estão se posicionando numa posição que não tinham, nós apenas disfarçávamos, nós achávamos que eram só os outros que faziam e agora temos um momento de criarmos, nós não estamos participando efetivamente disso, é o momento. Como também eu acho que estamos discutindo isso nas comissões, estamos tendo algumas conversas, tivemos uma conversa na Comissão do Interior há pouco, tivemos uma reunião sobre isso, nós discutimos; na Ética sempre conversamos sobre isso. O CAU-BR tem participado sobre isso, mas não estamos indo a fundo. Eu acho quando começa a aparecer nós disfarçamos um pouco. O que está acontecendo é que também dentro os arquitetos na hora da RT não são mais arquitetos, saem do registro e trabalham com design do interior e foge disso. Então tem sempre essa escapatória o profissional que de repente descansa o seu registro e vai trabalhar com design". **Conselheiro Leonam Estrella Figueiredo** argumentou: "Eu vou partir de uma premissa, eu concordo com todos os colegas que falaram anteriormente, mas eu queria sair um pouco dessa parte que nós já discutimos no passado, estamos discutindo no presente e vamos discutir no futuro na Comissão de Ética e Disciplina. Eu acho que todos nós sabemos que é uma questão fechada em termos de valorização do arquiteto, a questão moral, a questão ética, a questão jurídica, criminal, o que seja, mas eu, reserva técnica, não só eu, muita gente nem gosta desse nome, é uma coisa que para mim é um fato, eu vou pelo lado da economia, da realidade e do fenômeno social que cada vez mais vai aparecer. Eu também estou bem à vontade, como a Leila disse, eu também sou servidor público, não tenho esse problema, mas eu acho que, o Pablo hoje fez uma colocação que eu não sabia, eu até fiquei feliz, que os lojistas estão querendo procurar ou alguma coisa para se tentar defender esse lado. Nós já discutimos várias vezes, tem que ser ouvido o outro lado, porque esse é um fenômeno que veio para ficar, cada vez mais a nossa profissão, claro que a reserva técnica também contribuiu mais precária, eu imagino um escritório recém-formado. Cada vez mais o problema salarial de várias profissões, principalmente no Brasil é até dramático, um escritório de pessoas recém-formadas é uma tentação enorme, sai dessa questão da ética e entra para o mundo real, a política real da reserva técnica, o que está acontecendo da grana. Eu faço uma ilação muito com autovistoria. Eu me lembro que na época que saiu a autovistoria, haviam arquitetos e engenheiros também, faziam autovistoria por quinhentos reais, a Simone sabe disso, ela conhece bem, essa parte criminal, mas estaria barato, nem queriam saber, faziam por quinhentos reais e desvalorizava total a autovistoria dos outros colegas. Eu acho que antigamente era uma coisa assim mais light, mas hoje a premiação é robusta e escritórios recém-

formados que estão aí no sufoco acabam aceitando isso; podem até a partir da premissa depois que têm certo nome, esses escritórios até saem, largam de ser até quase prisioneiros do lojista. As coisas não são claras, o arquiteto às vezes não passa para o cliente, fica aquela confusão, justamente por falta de um debate amplo, nós insistimos e é correto, é ético, é a parte jurídica, é a parte moral, mas há o mundo real que parece que veio para ficar. Enquanto nós não ouvirmos as outras partes, eu não sei se arquitetos gostariam de repente participar de seminário, enfim, mas os lojistas acho que sim. enquanto não ouvirmos o outro lado, nós sempre vamos ficar fazendo um *looping,* correndo atrás. Isso é uma discussão antiga, vários conselheiros que me antecederam sabem disso no Brasil inteiro e não se consegue resolver isso. Coloca-se na pauta, coloca e vai acontecendo e cada vez mais sendo atropelado pelo mundo real e acho que isso é uma coisa muito complicada. Eu acho que teremos que fazer um grande seminário, não sei como é que pode ser isso para ouvir o outro lado e a partir daí dar algumas definições". **Conselheira Ângela Botelho** fez a seguinte explanação: "Eu não vou me estender não, porque acho que todos que falaram, que me antecederam, já falaram e já colocaram a questão muito bem. Eu só quero dizer que, na realidade, temos que ouvir todas as partes e trazer os arquitetos que participam desses clubes e tudo para ouvi-los. Eu também já fiz esse (?) no IAB, na diretoria do IAB, nós discutíamos isso dentro do IAB, discutíamos dentro do Crea com os representantes do Crea no IAB. Na primeira gestão do CAU-RJ também eu fui a Brasília mandada pelo presidente para – eu era da CEP – tratar, era uma reunião específica sobre RT, havia muitos, muitos participantes e foi uma discussão caótica, foram dois dias de discussão sobre RT e sempre se repete, é uma questão de agora conseguirmos levar adiante essa discussão, mas pé no chão mesmo, e poder fazer certas regras sobre isso, mas realmente temos que ouvir esse monte de arquitetos, colegas nossos que vivem disso, eu conheço muita gente, e tem aquela parte que ou é suborno ou é sobrevivência também isso, temos que colocar bem firmes esses dois pontos. Até lembrando, acho que foi a Leila que falou que teve uma premiação no Dia do Arquiteto no CAU-BR, eu achei meio esquisito, até porque nessa reunião que eu fui em Brasília em 2012, quem começou a reunião foi a Nádia Somé que agora ela é presidente do CAU-BR, então eu gostaria de saber o que houve no CAU-BR que colocou de repente essas duas arquitetas, acho que foi Leila que colocou aqui, se não me engano. É só isso, mas acho que temos então nesta próxima reunião que vai haver aqui chamar também os dois lados, os arquitetos que trabalham com RT". **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** pontuou: "Eu queria colocar primeiro a posição em relação a ensino. Facultativamente sempre os professores das disciplinas de projetos, mas, principalmente, as disciplinas de arquitetura de interiores comerciais, arquitetura de interiores residenciais, a lição fatidicamente perguntada pelos alunos que na sua maioria alguns já estagiam sobre o tema, pelo menos eu posso dizer, acho que na voz dos professores, nós somos bastante categóricos em relação a isso. A frase dos alunos é: "Se você não pode contar o que você fez é porque você não deveria ter feito". Então é basicamente um conflito de interesses. Isso existe na advocacia, existe na medicina, você não pode representar os dois lados de um acordo comercial. O que está acontecendo aí é um acordo comercial entre a loja e o seu cliente e você não pode representar os dois. Então os debates também na academia ficam muito acalorados, até porque os alunos, como disse, eles estagiam e eles são conhecedores da prática, então a gente os ensina e eles acabam confirmando na prática que isso

acontece, e é basicamente essa condição, porque discutir RT nos graus distintos de RT não cabe, ela não foi regulamentada, porque ela não pode ser regulamentada; a base dela não se sustenta, o sigilo é o que garante a RT, se não fosse sigiloso, se o cliente ficar sabendo, então não é RT. A grande questão a se discutir é: como o cliente pode ficar sabendo, como vamos colocar isso, porque aí já é para futuro. Tocar nessa campanha de uma forma aberta pode acabar sendo um tiro no pé, se levarmos isso para a mídia, isso pode repercutir negativamente, até para a nossa profissão, para o nosso mercado. Então precisamos tratar disso com seriedade de uma forma mais interna, de propaganda dirigida apenas aos envolvidos, aos arquitetos e aos lojistas. E, por último, alguém colocou alguma reunião, acho que foi o Bertamé que ele tinha ouvido, se o objetivo do lojista é prestigiar o arquiteto por ter escolhido a sua loja, o que ele pode é colocar um cartaz de tudo quanto é tamanho dizendo cliente que entra com arquiteto do lado tem desconto, cliente que vem sozinho não tem desconto, aí sim. Concluído. Desculpe eu falei RRT, mas era RT". **Conselheira Tayane de M. Yanez Nogueira: "**Ruim falar depois de tudo mundo, porque todos já falaram tudo. Eu queria concordar com a maioria das falas aqui, eu estou muito feliz com as falas que eu ouvi, foi bem interessante saber a opinião dos colegas. Eu tinha pensado, até anotei, sobre campanhas, mas a Tanya colocou um ponto que a campanha realmente pode ser um tiro no pé e aí eu troquei de opinião, que bom que ela falou antes de mim, porque senão eu iria falar besteira, mas eu via que a campanha para mostrar aos clientes o quanto eles estão sendo lesados, mas, realmente, vão ver nós profissionais de uma maneira muito ruim e podem acabar não nos chamando. Concordo plenamente. O que eu vejo é assim: não vou repetir o que todo mundo já disse, quero contar uma experiência que eu tive com loja, eu não trabalho com interiores, não necessariamente que eu não queira, mas eu não tive projetos de interiores, mas eu visito algumas lojas, conheço algumas pessoas e todo mundo oferece "ah, qualquer coisa estamos RT", RT não, eles chamam de outra coisa, " a gente dá tantos por cento se você indicar", e todo mundo fala, eu já cheguei a brigar com uma representante de esquadria que eu falei: "Não, não, eu não recebo", e toda vez que eles me reencaminhavam um orçamento, eles reencaminhavam com a reserva técnica, eu falei: "Você já tirou a reserva técnica?", "Não, mas esse é seu, a gente que está dando", "Não, mas eu não quero", tive que brigar com o cara para dizer que não queria receber, e aí eu conversava, mas não adiantava. Foi bem difícil. E colocar uma experiência que eu tive com lojista que ele falou assim: "A gente não dava a porcentagem nenhuma para o profissional, mas só que a gente estava saindo do mercado na região, os profissionais não estavam trazendo mais clientes para gente e a gente para não fechar ou não ter, tivemos que abrir, tivemos que fazer lucros com outras lojas para poder conseguir respirar no mercado que já tem um lucro muito forte", outras lojas já tinham se juntado no mesmo ramo, um lucro forte, e aí eles tiveram que se juntar com outros para poder fazer. Então, assim, não é só o arquiteto, também tem o profissional que vira para mim e fala: "Tayane, mas se eu não cobrar, vou colocar esse valor, que é um trabalho que eu faço com o cliente ir em cada loja, levar todo mundo, se eu não cobrar por isso e colocar no meu orçamento, o cliente não vai fechar comigo, vai fechar com o coleguinha que recebe reserva técnica e que cobra muito mais barato, ele acha que aquilo ali que ele vai pagar, ele está sendo enganado, mas não adianta falar", fica um círculo vicioso, então temos realmente de nos aprofundar aqui conosco como cortar esse mal pela raiz ou tentar regulamentar

isso, já concordando com tudo que a maioria disse". **Conselheira Cárin Regina D'Ornellas: "**Eu queria dar parabéns à Tanya acho que está falando muito bem o português, bem diferente de dois anos atrás, parabéns, Tanya, também por isso, isso é muito importante. O que a Tayane disse realmente nós somos assediados a cometer a falta ética. Isso aí depende da nossa posição, temos que ter posição. A minha opinião é que a reserva técnica (RT) é crime e quem aceita é criminoso, isso aí ter que ser processado, o profissional tem que ser processado e a empresa também. É um caso de polícia. No meu entendimento é um crime. Claro, todo mundo fala: temos que escutar o outro lado, todo cidadão, todo profissional tem direito à defesa, mesmo sendo antiético, corrupto ou sonegador de impostos, então, lógico, todos têm direito à defesa. Mas não é certo e temos que ter postura. É isso que a nossa profissão e os nossos colegas não têm postura ética e também de cidadania. Então eu acho que é muito grave e eu não sei como consertar isso e nem consertar o mundo, tem muita coisa errada. É tudo muito triste". **Conselheira Tereza Cristina Alves Chedid: "**Acho que todos já falaram tudo, nós já vínhamos falando disso há tanto tempo e acho que não vamos realmente conseguir mudar certas práticas que parecem estar estabelecidas, apesar de ser, discordo um pouco da Cárin de ser uma coisa criminosa, acho que é uma questão ética e uma questão de sonegação. Mas eu fico pensando aqui que temos que em alguns momentos escolher quais são as nossas batalhas, sabe, qual é o peso, colocar na balança dessa batalha, por exemplo, quando temos algumas batalhas importantíssimas quanto à melhoria de condições de vida dos arquitetos, as questões relacionadas a melhores salários, que sejamos uma carreira de estado, eu acho que temos tantas outras batalhas mais importantes para discutir que quando caímos nessa questão da reserva técnica caímos num lugar que não temos muito controle. Eu sei que a prática da RT desvaloriza o nosso trabalho, que pressiona os valores, que é daninha, mas temos aqui outras batalhas mais importantes que eu acho estamos perdendo terreno para caramba com salário de arquitetos, editais de contratações do servidor público até as empresas privadas que contratam abaixo de salários absurdos, então, sei lá, toda vez que caímos nessa questão da RT parece para mim um lugar sem saída. Ainda mais que não estamos falando só de arquitetos que recebem ou recebem a reserva técnica, mas estamos falando de um contexto grande de outros profissionais, mesmo arquitetos que não são nem registrados no CAU que trabalham como designers de interiores por exemplo, que é uma profissão que não é regulamentada, então, assim, eu penso que precisamos dar tiros mais eficazes. Essa discussão tem que estar sempre colocada, como falou ainda há pouco, não me lembro quem foi, já foi colocada anteriormente, vamos passar a vida discutindo isso. E cada vez vai ficar mais profissional, digamos assim, o recebimento, o pagamento, é clube, é vantagem. Agora, por exemplo, os médicos vivem assim. Vou dar um exemplo, eu tenho amigos ortopedistas que ganham ao colocar certas próteses, entendeu? Por mais que eles ganham dinheiro receitar alguns remédios, isso é sociedade, é um negócio muito complexo. Eu não vou me alongar, eu só digo que temos batalhas mais importantes, talvez, para enfrentar do que a questão da RT, tem que pesar para ver qual é o grau de desgraceira que a RT faz nas nossas vidas, se não tem outras coisas em outras práticas mais daninhas nos atingindo". **Conselheira Sofia Eder: "**Eu queria discordar da Cris, porque eu acho que a gente (?), que você quer dizer, Cris, mas eu acho que nós enquanto conselho temos minimamente um papel educativo, temos um papel ético de ter uma postura e de exercer essa postura.

Obviamente, o contrário do que a Cárin disse, não vamos fazer o papel de polícia, não temos intenção de criar uma criminalização da coisa nesse sentido, mas eu acho que, em primeiro lugar, temos que ter uma postura, temos que dizer à classe que essa prática não é uma prática correta, que é uma prática que fere eticamente a nossa profissão e fazer campanhas educativas. Eu acho que temos que caminhar nesse sentido. Pode demorar cinquenta anos para mudarmos a realidade, mas precisamos começar, precisamos começar com a discussão, começar a mostrar, começar a ter campanhas, começar a criar uma cultura na nossa classe de que esse tipo de comportamento profissional não é profissional, é um comportamento nocivo, é um comportamento que gera uma série de problemas, então eu penso muito na discussão da RT como uma prática que podemos adotá-la no sentido de ser educativa, de passarmos a trazer esses valores para a nossa profissão de modo geral". **Presidente Pablo Benetti** explicou: "Então, colegas, ótimas contribuições. Eu acho que o começo de tudo a Sandra colocou muito bem. Na realidade o que não pode esconder no contrato a reserva técnica. No passado, já fiz muito interior, interior inclusive de empresas, ou de cinema, quinhentas cadeiras você não sabe qual é a RT de quinhentas cadeiras ou poltronas de cinema, cada uma custa mais de mil reais, muito mais. Agora isso realmente tem que estar no contrato, como a Sandra disse. Eu entendo que isso é fundamental. Mas também acho que o Abreu e o Leonam colocaram uma coisa que é muito real, a Tayane também, é uma prática que é lesiva para o comerciante que está fora também. Então de alguma maneira essa questão de ouvir as partes é fundamental. Eu, sinceramente, não sei como fazer. Antigamente eu tinha até uma carteirinha que um shopping de decoração dava, é uma carteirinha preta e você com isso tinha para todas as lojas, não era como hoje que tem carro, tem viagens, não tinha a dimensão que tem hoje, mas existia antigamente. Então acho que isso é uma questão que temos que tentar ouvir o outro lado e de alguma maneira regulamentar com o outro lado também. Se ficarmos só do nosso lado, eu acho que realmente começa a complicar muito, porque, tudo bem, já sabemos o que fazer, é uma falta ética etc e tal, mas eu acho que a gente não consegue de fato resolver a questão na sua profundidade. Então eu acho que a tentativa de ouvir o outro lado é muito importante, parece-me que isso fica em todo caso como novidade. E, claro, não faria uma campanha, Tanya tem toda razão, você fazer uma campanha, assim como a Cris, você colocou foco numa coisa que é desagradável, porque muitas vezes o profissional não interessa se há corrupção pode ser de um real ou de quinhentos. Mas, às vezes, essa corrução de um real e a corrução de quinhentos é uma diferença, e se for de quinhentos mil então baita diferença, se for de 6,5 milhões, por exemplo, uma joia, digamos que há uma pequena diferença. Então essa questão tem que ser bem equacionada. Parece-me que avançamos no tema. Vamos tentar ver essa questão dos clubes de benefícios, como que podemos nos amparar, como que podemos furar essa questão, porque, na realidade, o próprio clube de benefícios sabe que essa é uma prática ilegal, é alguma coisa que é praticada, mas que ninguém quer assumir. É difícil conversar isso num terreno aberto, assim como é difícil você trabalhar diretamente com o nosso profissional nessas condições. E claro que se o conselho receber uma denúncia como acabou de receber, nós vamos agir no rigor da lei, porque não é justo uma questão que justifica o nosso papel na sociedade e a defesa da sociedade no mau profissional. Então esse mau profissional não está abrindo o jogo, está levando uma vantagem indevida e isso tem que tratado dessa maneira. Mas, de qualquer maneira, é como a

Sandra disse, já que isso existe, isso se figurar no contrato já é um grande adianto para essa relação, pelo menos, o que sempre pautou, por exemplo, a minha prática com os meus clientes, muitos clientes falavam assim: “Não, você, tudo bem, pode receber e tal”, outros não, outros pediram para ser incorporado como desconto no valor, mas, na realidade não é uma coisa que cabe a um só”. **Conselheira Tereza Cristina Alves Chedid** complementou: “É só para complementar. E minha fala não foi contra fazer campanhas, acho que o CAU fez muitas campanhas, inclusive para os jovens e outros arquitetos encararem o CAU com mais responsabilidade, por exemplo, nós temos um código ética, todo arquiteto deveria conhecê-lo. Cumpri-lo é uma questão individual. Então é complexo isso, você também não pode obrigar a entrar...Gente, eu não estou falando a favor da RT não, por favor, é difícil obrigar alguém colocar no contrato alguma coisa escrita, isso é hipotético. Mas campanhas devemos fazer sempre, principalmente mostrar que temos um código de ética, que as pessoas não conhecem, a maioria dos arquitetos não sabem do que se trata. Quando eu falo de termos batalhas mais importantes é colocar o bloco do CAU na rua, entendeu? Essa questão da RT, da reserva técnica, é só uma delas. Temos profissionais arquitetos trabalhando em lojas de modas, de planejadas, ganhando salários abusivos, não ganham pelo projeto, não tiram a RRT dos seus projetos, aí há outros problemas que dentro do comércio bastantes abusivos que atingem o profissional na carne ali dele, o profissional que está ali trabalhando. Eu só fiz essa observação que precisamos definir batalhas, porque se a gente definir bem as nossas batalhas, os nossos objetivos, vai espirrar na RT, na questão ética, vai espirrar nas questões de melhores condições de trabalho dos arquitetos, equidade salarial, enfim, tudo que se discute aqui. Só continuo e reafirmo que campanhas com a questão da formação que estamos discutindo a questão do EAD que virou um bicho enorme, então campanhas temos que fazer sempre, periodicamente, principalmente porque assim o CAU fica mais visível, aumenta a nossa visibilidade”. **Conselheira Sandra Regina de B Sayão Ferreira: “**Bem, eu concordo também com a Cris, eu acho que todo mundo aqui contribuiu com uma parte do seu entendimento sobre essa questão e juntando todas sentimos que temos muitas coisas para discutir. Mas hoje nós já temos lojistas que estão começando a refletir sobre essa questão, gente. Já que essas porcentagens estão subindo muito. Quando começou essa história era 3%, 5%, 2%, 1%, hoje tem arquiteto aí dependendo da venda que a loja vai fazer e chega a 30%, 40%, entendeu, e aí o negócio está ficando mais complicado. Então tem aí uma turma de lojistas que está disposta a entender como pode reverter isso. Esse é um fato importante. O arquiteto que é empregado pela loja e recebe comissão é outra questão. Isso faz parte do contrato dele de trabalho, igual a loja de roupa, o lojista recebe lá um salário base, mas o salário dele mesmo é o quanto ele vende na loja, mas aí é outra questão, não é o que estamos falando. Agora eu acho que a campanha, independentemente se vai ser ou não esclarecimento sobre a RT, acho que temos que começar a fazer uma campanha de valorização na qual o arquiteto tem que entender o valor que ele tem e como ele contribui para a sociedade, entende, a importância dessa contribuição. Você começando a trabalhar o entendimento de que ele é, de fato, um grande colaborador que marca a história por meio de suas obras, modifica o comportamento de uma sociedade por meio do seu trabalho, a intervenção de uma cidade, quando ele começa a ter consciência dessa importância, ele começa a ver a vida profissional de uma forma diferente”. Finalizadas as falas, o **presidente Pablo**

Benetti concluiu: “Então, colegas, voltamos ao tema, porque não se esgota, mas, Sandra, eu acho que vamos trabalhar nessa linha que você colocou agora no final, eu acho que é por aí também. Eu queria muito tentar fazer essa ponte com o lojista, acho que é o caminho. E de fato está virando uma situação complicada para muitos deles, é uma reclamação, eu tive de um colega assim amigo que tem loja e disse que está insuportável, porque os caras realmente estão oferecendo o que você fala, 30%, 40%. Está uma loucura mesmo”. **7.0 – Distribuição de Recurso ao plenário:** 7.1. Processo 1435518/2021- distribuído para conselheiro **Leonam Estrella Figueiredo** 7.2. Processo 1475233/2022 – distribuído para conselheiro **Luiz Damião Teixeira da Silva. 7.3.** Processo 1381475/2021 – distribuído para conselheiro **Marcus Pedro Oneto Fiorito**. **8.0. Recurso à decisão da CEP** – Não houve relatos. **9.0. Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral. Conselheira Simone Feigelson Deutsch** fez os seguintes informes: “Teve a última reunião da Norma de Perícia, na semana passada, ela durou seis anos, desde 2017 com reuniões mensais, finalizamos o texto e o texto vai agora para consulta pública. Então esse é o informe. E o segundo informe é que vai ter o Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias que vai ser realizado em São Paulo, de 11 a 15 de setembro e irá representando CAURJ”. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente Pablo Benetti** agradeceu a todos e encerrou a reunião. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência, procedi à revisão da ATA lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti **Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.**

Alessandra Vandelli

Alessandra Vandelli
Assessora da Presidência CAU-RJ

Pablo Cesar Benetti
Arquiteto e Urbanista
Presidente do CAU-RJ